

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: MDB decide no dia 4 se lançará Meirelles](#).....2

O Estado de S. Paulo

[Título: MDB marca convenção para lançar Meirelles](#).....6

Correio Braziliense

[Título: Meirelles vê apoio no MDB](#).....10

Valor Econômico

[Título: Flexibilização de regra ambiental do RenovaBio em pauta](#).....25

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: MDB decide no dia 4 se lançará Meirelles.....2

Título: Deu macaco.....3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo3

Título: Estado compensa ICMS menor do diesel com alta na gasolina3

Título: Governos negam que houve troca de um tributo por outro.....6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo6

Título: MDB marca convenção para lançar Meirelles.....6

Título: Energia solar dá grande salto em cinco anos.....7

Título: União tem gasto de R\$ 18,2 bilhões com estatal ‘dependente’8

VEÍCULO: Correio Braziliense10

Título: Meirelles vê apoio no MDB.....10

Título: Etanol chinês e os efeitos no Brasil.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Setor financeiro mundial é crítico para a transformação da economia.....	12
Título: Mobilidade, agricultura e energia são as novas frentes estratégicas	15
Título: Venda da Braskem deve ser assinada com LyondellBasell até outubro	18
Título: Destaques.....	21
Título: Cresce inadimplência no mercado livre.....	22
Título: Petrobras está perto de concluir venda de sua fatia na PetroÁfrica.....	24
Título: Flexibilização de regra ambiental do RenovaBio em pauta	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Leticia Fernandes

Título: MDB decide no dia 4 se lançará Meirelles

Governo calcula apoio de maioria em convenção para confirmar nome

BRASÍLIA - Líderes do MDB definiram, em reunião na tarde de ontem, que será no dia 4 de agosto a convenção nacional do partido, na qual será decidido se o ex-ministro Henrique Meirelles, que tem 1% nas pesquisas de intenções de voto, será ou não candidato da legenda à Presidência da República. A data foi estipulada em encontro do presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR), com os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)**. O coordenador político da campanha de Meirelles, João Henrique de Sousa, também participou do encontro. São 443 convencionais votantes e, quanto mais cargos um deles ocupa, mais votos tem à disposição. Romero Jucá, por exemplo, vota quatro vezes. O presidente Temer tem ao menos três votos, assim como Moreira Franco.

Na reunião que aconteceu na sede do partido, em área nobre de Brasília, os emedebistas mapearam, estado por estado, quantos votos Meirelles teria na convenção e chegaram a um número de 443 votos, de um total de 629 disponíveis na convenção do MDB. As contas foram feitas por Padilha, conhecido no governo por mapear votos com precisão. Apesar dos cenários

positivos traçados pelos líderes, ainda há forte resistência na legenda a uma candidatura própria, e dissidentes pressionam para que o MDB libere seus integrantes. Assim eles poderiam fazer seus próprios acordos, o que não está descartado. Além de marcar a data, a estratégia definida pelo comando da sigla em conjunto com Meirelles é que ele ligue para todos os 443 convencionais para pedir votos. Integrantes da equipe do pré-candidato lembram que esse gesto é importante na legenda. O método de procurar individualmente os membros do partido é o mesmo utilizado pelo presidente Michel Temer, que se dirige pessoalmente a parlamentares e dirigentes quando precisa de apoio em votações.

Temer fez esse tipo de aproximação quando enfrentou denúncias de corrupção e obstrução da Justiça na Câmara dos Deputados. Nesta semana, além de continuar a peregrinação pelo Nordeste, Meirelles vai a Curitiba, um dos focos de resistência a seu nome no partido. O senador Roberto Requião é um dos principais críticos do governo Temer e coloca o seu nome à disposição para disputar com Meirelles a indicação ao partido. Além da definição da data da convenção, que deve oficializar o nome do ex-ministro da Fazenda para candidato à Presidência pelo MDB, a ideia dos emedebistas é fazer um “esquenta” no dia anterior, uma sexta-feira, colocando Meirelles em contato com os grupos favoráveis à candidatura, como integrantes da juventude do partido e do movimento das mulheres da legenda.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Deu macaco

Poder em Jogo

A indústria ficou assustada. Entre os penduricalhos incluídos no projeto que vai permitir a venda das distribuidoras da Eletrobrás está o perdão ao furto de energia para os consumidores dos chamados sistemas isolados. Na Região Norte, o “gato” é chamado de “macaco”. Por ironia, no jogo do bicho, macaco é 17, o número da emenda ao projeto que põe nos ombros dos demais consumidores uma conta de R\$ 800 milhões por ano. No Amazonas, o furto de energia é 971% maior do que na Região Sul.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Lucas Vettorazzo

Título: Estado compensa ICMS menor do diesel com alta na gasolina

Preço de referência para o tributo aumenta após acordo com caminhoneiros

Rio de Janeiro- Ao mesmo tempo em que reduziram o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o óleo diesel, 13 governos estaduais decidiram aumentar a taxaço da gasolina, por meio de elevação no preço de referência sobre o qual incide o imposto.

Os estados dizem que as tabelas estavam congeladas e que, agora, acompanham os aumentos do preço da gasolina nas últimas semanas.

Para o setor de combustíveis, porém, os aumentos compensam a perda de receita com a queda de arrecadação com o diesel. A redução no preço do combustível foi parte das negociações para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros, no mês passado.

O ICMS dos combustíveis é cobrado sobre um preço de referência chamado de PMPF (preço médio ponderado final), que é definido pelas secretarias estaduais de Fazenda a cada 15 dias, de acordo com pesquisa nos postos.

Sobre esse preço incidem alíquotas que variam por produto e por estado.

Desde o fim da paralisação dos caminhoneiros, 17 estados reduziram o PMPF do diesel, acompanhando a queda de preço provocada pelas subvenções concedidas pelo governo federal para encerrar a paralisação. A maior queda se deu em São Paulo: R\$ 0,374 por litro.

No início de julho, 15 estados elevaram o PMPF da gasolina, embora a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis) tenha detectado queda média de 1,62% no preço do combustível na segunda quinzena de junho. No mês, houve redução de 2,51%.

Destes, 13 haviam reduzido o preço de referência para a tributação do óleo diesel: Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro (que reduziu a alíquota), Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo, segundo informações do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne as secretarias de Fazenda de estados e DF.

Maranhão, Piauí e Pernambuco aumentaram o preço de referência da gasolina, mas ainda não mexeram no diesel, apesar dos apelos do governo federal para que os tributos estaduais acompanhem a concessão dos subsídios.

"Ninguém ainda perdeu muito no diesel. Mas quem perdeu ganhou mais na gasolina", disse o presidente da Fecombustíveis (federação que representa os postos), Paulo Miranda. As alíquotas cobradas sobre a gasolina são maiores do que as do diesel. No primeiro caso, variam de 25% a 34%. No segundo, de 12% a 18%.

Os maiores aumentos no preço para o cálculo do ICMS sobre a gasolina em julho foram verificados em Goiás (R\$ 0,3578 por litro), Rio Grande do Sul (R\$ 0,3592) e São Paulo (R\$ 0,317). Nos três casos, os ganhos com a alta da gasolina devem ser superiores às perdas com a redução no ICMS do diesel.

Considerando a média mensal de vendas de 2017, por exemplo, Goiás perderia R\$ 5,3 milhões por mês com a redução do ICMS sobre o diesel, mas ganharia R\$ 13,9 milhões com a alta do preço de referência da gasolina.

A conta considera que a parcela do preço do diesel que fica com o estado é de R\$ 0,553 por litro, segundo cálculo feito pela Fecombustíveis, considerando a alíquota de 16% sobre o PMPF para a primeira quinzena de julho, que é de R\$ 3.4533-Já na gasolina, o estado fica com R\$ 1,401 por litro.

No Rio Grande do Sul, o ganho com a gasolina seria de R\$ 32,3 milhões, e a perda com o diesel, de apenas R\$ 294 mil por mês. O governo gaúcho foi um dos que menos reduziram o preço de referência para a arrecadação de ICMS sobre o combustível, em apenas R\$ 0,01.

Em São Paulo, considerando ainda a média mensal de vendas em 2017, o ganho de arrecadação com o aumento do PMPF sobre a gasolina seria de R\$ 68,9 milhões por mês, ante uma perda de R\$ 45,1 milhões por mês com o corte no óleo diesel.

O governo paulista, porém, foi um dos primeiros a cortar o ICMS sobre o diesel, logo após o acordo do governo federal para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, e já vem experimentando perda de receita.

Combustíveis são uma importante fonte de receita para os governos estaduais: no primeiro quadrimestre, o setor arrecadou R\$ 26,3 bilhões, o equivalente a 17,5% de toda a arrecadação de ICMS no Brasil. Em 2016, no mesmo período, foram R\$ 25,9 bilhões, em valores corrigidos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Governos negam que houve troca de um tributo por outro

Os estados negam relação entre a queda do imposto sobre o diesel e o aumento na gasolina. Em sua maioria, dizem que as tabelas do PMPF ficaram congeladas durante a paralisação dos caminhoneiros e que estão repassando a alta recente da gasolina.

O governo de São Paulo, por exemplo, disse que manteve o PMPF inalterado em junho para evitar repassar as flutuações decorrentes da crise do abastecimento.

O preço de julho, afirmou, reflete o valor pesquisado pela ANP na quinzena anterior.

A secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul também afirmou que manteve a tabela em maio "como medida para atenuar os últimos impactos dos reajustes de combustíveis no custo de vida dos gaúchos" e que elevações ou reduções são consequência das variações nos postos.

A secretaria de Fazenda de Goiás disse que a definição do preço de referência é feita com base em pesquisa em praticamente todos os postos do estado, com verificação da nota fiscal eletrônica. "Dessa forma, o PMPF acompanha o preço nas bombas", disse.

O modelo de tributação do ICMS é hoje questionado pelo setor de combustíveis, que negocia com os estados a adoção de uma alíquota unificada no país em reais por litro, em vez de percentuais sobre preços definidos a cada quinzena.

O tema enfrenta resistências no âmbito político, já que reduz a autonomia dos governos estaduais na gestão da arrecadação. Para a ANP distribuidoras e postos, o modelo pode reduzir sonegação e suavizar para o consumidor variações das cotações internacionais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Política**Autor:** Vera Rosa / BRASÍLIA**Título:** MDB marca convenção para lançar Meirelles

Nome do ex-ministro deve ser homologado pelo partido como o candidato da legenda à eleição presidencial

O MDB marcou para 4 de agosto a convenção nacional que deve homologar a candidatura do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles à Presidência. Embora Meirelles tenha 1% das intenções de voto, levantamento da cúpula do partido indica que o apoio dos diretórios estaduais ao nome dele cresceu.

Em reunião realizada ontem, em Brasília, os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha; e de **Minas e Energia, Moreira Franco**, e o presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR), disseram a Meirelles que, agora, ele precisa fazer movimentos externos para ganhar a confiança do eleitor.

Padilha apresentou uma planilha indicando que, se a convenção do MDB fosse hoje, a candidatura do ex-ministro seria aprovada por 70,4% dos presentes. Pelas contas do titular da Casa Civil, Meirelles tem aval de 443 dos 629 delegados. Ainda há, porém, resistências ao lançamento do ex-chefe da equipe econômica nos diretórios do MDB de Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraná e Pernambuco.

Jucá afirmou ao Estado que o MDB não retirará Meirelles do páreo. "Não tem sentido o maior partido do Brasil ficar no banco de reserva", disse. Até agora, o MDB não fechou aliança com nenhum partido para ocupar o posto de vice. "Nós temos o maior tempo de TV e, por enquanto, estamos tratando de reforçar nosso candidato", afirmou Jucá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Energia solar dá grande salto em cinco anos

Embora o Brasil esteja ainda muito longe de aproveitar bem seu imenso potencial em energia solar, essa área vem avançando rapidamente no País, graças a consumidores residenciais, ao agronegócio, indústrias e algumas distribuidoras privadas de eletricidade. Segundo dados recentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o número de conexões para a microgeração de energia saltou de 23 em junho de 2013 para 30.900 agora, sendo 99% desse total está voltado para utilização de energia solar. Mais de dois terços das conexões foram feitas por consumidores residenciais, que não se limitam a proprietários de grandes mansões, mas abrangem, principalmente, edifícios de apartamentos de classe média, cujos condôminos resolveram investir na instalação de painéis solares com o objetivo de poupar gastos com eletricidade a mais longo prazo.

Em um país como o Brasil, com intensa insolação em todo o seu território, durante praticamente o ano inteiro, essas instalações colocam também seus usuários a salvo de apagões nas redes de transmissão de grandes distribuidoras. A opção pela energia solar também tem se mostrado vantajosa no campo, especialmente em fazendas mais afastadas, que podem prescindir de extensas linhas de transmissão. Indústrias de ramos diversos, instaladas em diferentes regiões do País, também têm recorrido com mais frequência a microusinas solares, de modo a cortar custos fixos, como eletricidade, que podem vir a prejudicar sua competitividade. Uma questão que se coloca é o custo dos equipamentos para a microgeração solar, considerado elevado, embora tenha baixado bastante nos últimos anos, com a maior competição entre fornecedores.

Calcula-se que, para uma residência média, os painéis custem por volta de R\$ 20 mil. Para empreendimentos de maior porte que exigem uma multiplicidade de painéis, o custo pode ser inicialmente pesado, considerando sobretudo a recente alta da cotação do dólar, sendo todos os equipamentos atualmente importados. Tudo isso vem ocorrendo no âmbito da iniciativa privada, mas o governo tem procurado ajudar por meio do BNDES, que financia pessoas físicas interessadas em utilizar energia solar com empréstimos a taxas de 4,03% a 4,55% ao ano, pelo prazo de até 12 anos, com 24 meses de carência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: União tem gasto de R\$ 18,2 bilhões com estatal 'dependente'

Salário médio de empresas com receita própria insuficiente supera a média do Executivo; para secretário, situação precisa ser discutida

Com injeção de R\$ 18,2 bilhões do Tesouro por ano para fechar as contas, as estatais "dependentes" – aquelas incapazes de gerar receitas para bancar suas próprias despesas – pagam salário médio mensal de R\$ 13,4 mil para cada um dos funcionários, segundo levantamento do Ministério do Planejamento obtido pelo 'Estadão/Broadcast'. Esse valor é seis vezes superior ao rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada do País (R\$ 2,2 mil). O gasto por empregado dessas estatais é também maior que o do Executivo federal, que paga em média para cada servidor pouco mais de R\$ 10 mil por mês. Para custear a folha dos 73,6 mil empregados dessas 18 empresas foram consumidos R\$ 12,8 bilhões, 70% de todos os aportes feitos. A Instituição Fiscal Independente (IFI) fez um levantamento mostrando que houve aumento de 11,4% por ano no número de funcionários dessas estatais. Em 2011, eram 40,3 mil empregados contratados. Mesmo em 2016, ano de grave crise econômica, o

acréscimo foi de 7,7%. Nas estatais independentes (que têm mais autonomia financeira), grupo em que estão Infraero e Correios, por exemplo, o número de funcionários passou a cair em 2014.

Na lista das estatais dependentes do Orçamento da União estão a Valec, que cuida de ferrovias e que teve ex-diretores envolvidos em desvios em obras, a Ceitec, que fabrica chips para identificação de veículos e “brincos” eletrônicos para rastreamento de animais, e a EBL, criada no governo Dilma Rousseff para implantar o projeto fracassado do trem-bala. E há também empresas como a Embrapa, referência em pesquisa agrícola. Pelo raio X da IFI, o gasto por funcionário divide as estatais dependentes em três grupos: as que pagam salários médios de R\$ 8 mil a R\$ 12 mil (estatais da área de saúde e EBC, da área de comunicação), as com pagamento entre R\$ 13 mil e R\$ 17 mil (Valec e Codevasf, que cuida de ações de desenvolvimento para o Vale do São Francisco) e as com remuneração que variam entre R\$ 19 mil e R\$ 22 mil (**casos da Embrapa e da EPE, da área energética**).

Para o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Ribeiro Soares, a existência de estatais dependentes se justifica quando elas prestam uma política pública para a sociedade. “Porém, é preciso que essa política pública tenha efetividade de fato”, disse. “Além disso, não é por que a estatal depende de recursos públicos que não pode buscar redução de seus custos, aumento da produtividade e, em alguns casos, até mesmo a saída da situação de dependência.” Prestação de contas. Diante de custos tão elevados, o consultor econômico Raul Velloso defendeu a realização de uma avaliação profunda sobre os resultados que essas empresas entregam ao País. “É preciso demonstrar que elas estão de fato entregando algum resultado para a população e qual o resultado da ação delas, do que produzem e dos serviços que prestam”, disse. “Seria uma prestação de contas à sociedade.”

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast na semana passada, antes de entrar em vigor a regra eleitoral que restringe comunicações oficiais, Soares, do Planejamento, também defendeu uma discussão sobre a entrega de resultados e a necessidade de se manter ou não estatais, autarquias e fundações. “Não se pode interditar o debate da privatização e da liquidação. Isso tem de estar na ordem do dia, sempre avaliando a entrega de valor à sociedade”, disse. “Se há valor, ótimo. Vamos trazer eficiência, reduzir custos e trazer a situação orçamentária e fiscal dessa empresa para a realidade. Se não, temos de discutir a possibilidade de encerrá-la.” No fim de junho, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, concedeu uma liminar que impede a privatização de estatais sem o aval do Congresso Nacional.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel****Título: Meirelles vê apoio no MDB**

Ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles está cada vez mais confiante na confirmação de sua candidatura à Presidência da República. Fontes próximas ao pré-candidato pelo MDB contabilizam 443 votos favoráveis do total de 629 previstos na convenção do partido, marcada para dia 4 de agosto. Segundo as fontes, esse foi o resultado da contagem de apoios depois de uma reunião de Meirelles com o presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR), e com os **ministros Moreira Franco (Minas e Energia)** e Eliseu Padilha (Casa Civil), na manhã de ontem, na sede da legenda em Brasília.

Se o placar da votação for confirmado, será a primeira vez que o partido terá um candidato próprio desde 1994, quando o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia disputou o Palácio do Planalto pelo então PMDB.

Meirelles deixou o comando da equipe econômica do presidente Michel Temer no início de abril e, de lá para cá, não para de viajar pelo país em busca de apoio das lideranças estaduais da legenda. No fim de maio, ele ficou sendo o único concorrente da legenda porque Temer abriu mão da candidatura. O ex-ministro vem bancando a pré-campanha com recursos próprios, o que, na avaliação de analistas ouvidos pelo Correio, é ótimo para o partido, que terá mais recursos para as candidaturas regionais.

Desde abril, Meirelles já visitou 15 estados e, segundo assessores, vem sendo bem recebido por onde passa. Nos próximos dias, a missão do emedebista será ligar para cada um dos integrantes da convenção em busca de votos. Além disso, continuará com a agenda de viagens. O economista José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio, lidera a equipe que elabora o programa econômico do candidato.

Nesta semana, Meirelles vai a duas capitais: Cuiabá e Natal. Na semana que vem, tem na lista Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, Manaus e Belo Horizonte. Ceará, Alagoas, Sergipe, Paraná e Pernambuco, estados onde ainda há resistências de lideranças locais à candidatura do ex-ministro, que pretende visitá-los para buscar apoio dos caciques locais.

As apostas de Meirelles estão nos palanques regionais. Dos 12 candidatos que devem disputar as eleições pela legenda nos estados, oito são considerados muito fortes e, como o MDB é um dos partidos com maior capilaridade

nacional, isso garante a ele chegar aonde outros concorrentes de partidos menores não conseguem. O pré-candidato também vem conversando com lideranças de partidos da base governista para alianças. O Palácio do Planalto tenta negociar apoio com ministros de Estado de outros partidos.

No entanto, o maior desafio de Meirelles será melhorar sua colocação nas pesquisas, sem ser contaminado pela rejeição de Temer, que alcança quase 80%. Em um cenário sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o emedebista tem apenas 1% das intenções de voto, conforme dados da pesquisa do Ibope em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgada no último dia 28.

- IGP-DI desacelera em junho

A pressão sobre os preços exercida pela greve dos caminhoneiros, ao fim de maio, já começa a se enfraquecer, segundo os dados de junho do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI). No mês passado, o indicador desacelerou e fechou com elevação de 1,48% ante 1,64% de maio. A tendência para os próximos meses é de desaceleração da inflação, segundo o superintendente adjunto para Inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Salomão Quadros. “Alguns preços já estão se normalizando. Há uma parcela dos alimentos que têm normalização mais rápida, como a parte in natura. Mas a pressão de proteínas ainda é grande”, explicou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Etanol chinês e os efeitos no Brasil

A decisão do governo chinês de colocar em prática uma política agressiva de adoção de biocombustíveis em toda a sua frota, até 2020, deverá aquecer os investimentos na produção de etanol e biodiesel nos próximos dois anos. Pelas projeções do economista belga Marc Herman, especialista em biocombustível da ONG Oxfam, o Brasil deverá ser o maior beneficiado por essa mudança chinesa, já que o segundo maior produtor de combustíveis limpos do mundo, os Estados Unidos, não andam muito amigáveis nas relações comerciais com os chineses.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:** Daniela Chiaretti | De Da Nang, Vietnã**Título:** Setor financeiro mundial é crítico para a transformação da economia

O alemão nascido no Brasil Achim Steiner, 57 anos, que por 10 anos dirigiu o Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma), em Nairóbi, no Quênia, e hoje conduz o Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud) diz que o setor financeiro é crítico para a transformação da economia. Ele critica os mercados que "investem na economia de ontem, que é onde se sentem confortáveis, onde fazem dinheiro, onde mantém o "status quo". E emenda: "Engajar o setor financeiro é prioridade porque é onde a energia da nossa economia está canalizada."

Valor: *Como o senhor avalia o cenário ambiental global hoje?*

Achim Steiner: Muito do que vimos emergir em termos ambientais nos últimos dez anos está se concretizando. O Acordo de Paris, o surgimento dos 'green bonds', a expansão massiva das energias renováveis, o problema do plástico na economia e no ambiente chegando às manchetes. E a transformação da economia verde, metáfora de como podemos dissociar o crescimento econômico da proteção ambiental e reinventar as nossas economias. Mas ainda assim o mundo tem graves problemas.

Valor: *Quais são os piores?*

Steiner: As emissões não estão baixando o suficiente. Os níveis globais de produção e consumo são insustentáveis, assim como a poluição atmosférica. Produzimos mais plástico nos últimos 30 anos do que na história da humanidade. Nossa capacidade de responder aos desafios ainda está sendo testada. Temos enorme necessidade de transformação e mudança.

Valor: *Foi o multilateralismo que falhou?*

Steiner: É tempo de grande desconforto para quem acredita que para que a transformação aconteça temos de ser capazes de trabalhar juntos. É relacionar a agenda ambiental com a economia. Ainda estamos lutando com isso.

Valor: *O que quer dizer?*

Steiner: Os mercados, o setor privado e os investidores de capital não estão fazendo o tipo de investimento na escala necessária, não estão nem perto disso. Investem US\$ 20 bilhões, desde 2010, em gerenciamento sustentável de

florestas mas investem US\$ 777 bilhões no rumo contrário: em mudança do uso da terra, no desmatamento. A economia está inundada por múltiplos atores que estão fazendo a coisa errada, pelo menos em sustentabilidade a longo prazo.

Valor: *Como se comportam os mercados financeiros?*

Steiner: Tentamos fazer com que mercado e setor privado concentrem esforços e instrumentos para serem mais parte da solução. Os mercados financeiros e seus instrumentos serão fundamentais neste processo. Teremos fatores multiplicadores se os mercados financeiros orientarem o foco para a agenda ambiental, se conseguirem alavancar finanças públicas, se pudermos realmente atrair o setor privado, se isso orientar a abordagem regulatória dos governos para investimentos futuros.

Valor: *O senhor é otimista?*

Steiner: Estamos correndo contra o tempo e, mesmo assim, começando a fazer a coisa certa em muitos lugares, sem falar nos retornos que investimentos financeiros sustentáveis geram nos mercados. Ampliar a escala e colocar o foco da agenda ambiental dentro da transformação da economia permanece central. Estou convencido de que com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) priorizamos as três dimensões do desenvolvimento - social, econômica e ambiental. Os ODS não só irão mudar o mundo como nós o conhecemos, mas também como podemos imaginá-lo no futuro.

Valor: *O quanto o PNUD está engajado na mudança?*

Steiner: Operamos um portfólio de 840 projetos relacionados com mudança climática à agenda ambiental ampla, que vale US\$ 3,6 bilhões com US\$ 15,6 bilhões de co-financiamento. É uma das maiores redes globais de longo alcance com projetos em 141 países.

Valor: *Qual o nível de cooperação que se espera da África?*

Steiner: Passei 10 anos vivendo em Nairóbi e chefiando a agência que tem sede na África, nunca tive razões para reclamar da liderança africana. Tanto na economia verde, ou na extraordinária conservação da biodiversidade em que a África já está investindo. Há também uma grande destruição acontecendo nos recursos naturais e na vida selvagem no continente. O foco agora é engajar governos e atores econômicos para permitir que a transição em direção à economia verde molde o plano africano de desenvolvimento. Sem ambiente, sem natureza, sem que se proteja isso tudo, o forte turismo africano seria uma fração do que é.

Valor: *Como avalia a Índia?*

Steiner: A consciência pública está conduzindo a Índia para a agenda ambiental. A população urbana diz que o nível de poluição em que vive não é aceitável e não é um preço que precisa pagar pelo desenvolvimento. Nas decisões de uso do solo, sobre os recursos naturais, acho que estamos vendo bons avanços. E também no Judiciário, com os tribunais verdes e os casos legais que têm sido levantados. Sob a gestão do primeiro-ministro Narendra Modi, as energias renováveis representam papel-chave na matriz doméstica como para o resto do mundo.

Valor: *Como convencer o setor privado a se engajar em sustentabilidade em vez de causar danos?*

Steiner: É preciso liderança. O setor privado não pode ser um ator passivo ou esperar que o governo resolva o problema. O setor privado foi um ator-chave para o Acordo de Paris em 2015. Envolveu tantos líderes que ficou difícil para alguns dos lobbies que se escondem atrás das cortinas agir para parar aquilo. O setor financeiro é crítico. Precisa manter um diálogo e também enfrentar os mercados que investem na economia de ontem, que é onde se sentem confortáveis, onde fazem dinheiro, onde mantêm o 'status quo'. Os players que dominam o mercado estão bem felizes em mantê-lo daquele jeito. Se permitirmos que continuem, não há maneira de cumprirmos metas de combate à mudança climática ou os ODS. Engajar o setor financeiro é prioridade porque é onde a energia da nossa economia está canalizada. A emergência do mercado dos green bonds, hoje de US\$ 150 bilhões por ano, é bom sinal. E a China, com sua política financeira verde há três anos foi fundamental para mudar o ponteiro do mercado financeiro.

Valor: *Como vê o momento internacional agora, e o Brasil nisso?*

Steiner: São tempos turbulentos, não há dúvida. Podemos sustentar o multilateralismo neste clima político atual? Temos que conseguir. A capacidade de agirmos juntos é o melhor antídoto para aqueles que querem nos convencer que nacionalismo, protecionismo, erguer muros e cercas são as respostas para os desafios do século 21. As pandemias de hoje e amanhã, o clima em mutação, as secas, as inundações, segurança cibernética, a crise dos preços dos alimentos, as ondas migratórias, nada disso vai parar. Temos que começar a resolver os problemas na fonte e não lutar contra os sintomas quando é tarde demais.

Valor: *Como vê o Brasil de hoje?*

Steiner: Muitos países estão passando por uma fase de turbulência. Acredito que o que defendemos na ONU é o melhor que podemos oferecer ao mundo para evitar o recuo ao nacionalismo e à narrativa em que o inimigo está sempre do outro lado da cerca. Isso só vai nos levar ao conflito. Temos que ser

cautelosos. A História nos ensina lições amargas de quando o nacionalismo se torna a força motora das relações internacionais.

Valor: *E a ONU neste quadro?*

Steiner: A prevenção é o centro da missão da ONU. Mas muito do que acabamos fazendo hoje é ser o serviço da ambulância, a brigada de incêndio do mundo quando as coisas já saíram do controle. Nossa atenção, nosso foco e nossa prioridade nos anos que virão têm que ser mais em prevenção e no gerenciamento de riscos, e dando à comunidade internacional os meios, que podem ser uma Convenção, um Protocolo, uma parceria, uma abordagem financeira coletiva, para atuar juntos o mais velozmente possível.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti / De Na Nang, Vietnã

Título: Mobilidade, agricultura e energia são as novas frentes estratégicas

O norueguês Erik Solheim, 63 anos, dirige o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) desde maio de 2016. Pragmático e preocupado em aproximar as questões ambientais das pessoas, tratou de mudar o nome do Pnuma para algo mais direto - ONU Meio Ambiente. Não ficou só na narrativa. O esforço mundial de combater o uso indiscriminado dos plásticos descartáveis, que ganhou manchetes no mundo todo, tem a sua marca.

Ele vislumbra novas frentes globais de mudança: mobilidade, agricultura e energia. "A maior fonte de poluição em Nova Déli vem da queima de resíduos da agricultura. Se isso puder ser transformado em fertilizantes e energia, a perspectiva melhora para o agricultor e reduz a poluição." Seu próximo alvo será buscar a transformação dos "níveis insustentáveis de produção e consumo".

Valor: *Como avalia o GEF?*

Erik Solheim: A mudança que queremos ver no GEF é como podemos ter grandes programas que promovam transformações. Gastar dinheiro em pequenos projetos pode ser bom, ajudar pessoas, mas não muda o mundo. O que está acontecendo com os plásticos é um bom exemplo de como a mudança está acontecendo. Há um ano poucos falavam do problema dos plásticos e agora temos este movimento global. O primeiro-ministro Narendra Modi, da Índia, prometeu que o país banirá o uso de plásticos descartáveis em 2022. Se isso pode acontecer na Índia, pode acontecer em outros países.

Valor: *E o que acontece neste campo nos países desenvolvidos?*

Solheim: A União Europeia acaba de fazer o maior compromisso do mundo ao anunciar sua estratégia de banir vários itens de plástico e que conta com imenso apoio popular. Podemos viver sem canudos, garrafas e copos de plástico. São mudanças pequenas na vida das pessoas, mas que permitem que nos movamos para a economia circular e tenhamos melhor manejo de resíduos. Isso é algo concreto para as pessoas e é uma transformação parecida com a do hábito de fumar.

Valor: *Onde há similaridade?*

Solheim: Há 14 anos, fumar era permitido em todos os restaurantes do planeta. E agora, em lugar nenhum. Foi muito difícil, mas a mudança aconteceu. De novo, foi a combinação de cidadãos conduzindo a mudança e fazendo os políticos agirem. Agora temos outros objetivos, como mudar a mobilidade.

Valor: *Como o senhor imagina que esta mudança aconteça?*

Solheim: Com mais veículos elétricos, mais sistemas de transporte, desenhar as cidades de modo que seja mais fácil andar a pé e de bicicleta, e deixar que os cidadãos liderem a mudança. Há 15 anos havia duas cidades na China com sistemas de metrô, Pequim e Xangai, com apenas duas linhas. Agora o metrô de Pequim é o maior do mundo e o de Xangai, o segundo maior. Há 35 cidades neste caminho na China, e o mesmo acontece na Índia. Vemos também a revolução do compartilhamento de bicicletas na China ou em Paris.

Valor: *Onde mais o senhor observa as mudanças?*

Solheim: Em energia. Pela primeira vez na história, no ano passado, a energia solar gerou mais energia ao mundo do que o carvão. O aeroporto de Cochin, na Índia, é o primeiro do mundo a funcionar com 100% de energia solar. E sob os painéis eles ainda plantam legumes. A China lidera a transição, seguida pela Índia, mas que acontece em muitas partes do mundo. Nos EUA há mais empregos na indústria solar do que no carvão.

Valor: *A agricultura vem mudando também ou não?*

Solheim: A agricultura é um setor-chave da mudança do clima. Em muitas partes começamos a ver agricultura verde, o que não significa voltar ao passado, mas produzir melhor, com melhores produtos, de forma mais econômica para o fazendeiro e ao mesmo tempo, baseando-se em princípios ecológicos. Reduzindo fertilizantes e evitando pesticidas, porque usam plantas que são repelentes naturais de insetos como parte do mix. Plantam de maneira científica de modo a conseguir mais eficiência do que na agricultura tradicional.

Pode-se cultivar arroz de maneira ambientalmente melhor e com custos menores. Aqui também há uma revolução chegando.

Valor: *Como nos cigarros, vamos ter que esperar 14 anos para reduzir o uso de plásticos descartáveis?*

Solheim: No uso de plásticos acho que podemos ir mais rápido ainda. Não precisamos de canudinhos, podemos usar copos de vidro, não temos que usar 10 sacolas plásticas toda vez que vamos ao mercado. Mas precisamos de plásticos em outros lugares. Eles tornam os carros mais leves, por exemplo, e há vários outros casos. Estes plásticos podemos reciclar e usar de novo dezenas de vezes.

Valor: *Na Tailândia, agricultores argumentam que mudar para práticas orgânicas leva tempo e eles não podem ficar sem receita.*

Solheim: Não há como convencer alguém a mudar e perder dinheiro. No Vietnã tem 150 mil pessoas usando práticas de agricultura verde e se funciona aqui, funcionará na Tailândia também. A maior fonte de poluição em Nova Déli vem da queima de resíduos da agricultura da região. Se isso puder ser transformado em fertilizantes e energia, a perspectiva é muito melhor para o agricultor e reduz o enorme nível de poluição. Se a mudança forçar pessoas a serem pobres, nunca irá funcionar.

Valor: *A ex-presidente chilena Michelle Bachelet diz que é preciso mudar padrões de consumo e produção. Como começar?*

Solheim: O tema da próxima assembleia ambiental da ONU (Unea) é justamente consumo e produção. É assunto central. Temos que priorizar temas próximos às pessoas. Falhamos como ambientalistas quando levantamos tópicos teóricos que parecem sair do espaço sideral. Precisamos fazer a conexão entre a vida privada e o quadro maior. Quando faz sentido para as pessoas, inicia-se um movimento de pressão a líderes políticos e de negócios. É nessa combinação poderosa que se dão as grandes mudanças.

Valor: *Acha viável a agricultura orgânica para um país produtor de commodities como o Brasil?*

Solheim: Não sou especialista em agricultura. As plantas são diferentes e é preciso adaptar. Mas acredito que os princípios básicos podem valer em qualquer lugar.

Valor: *Onde imagina mudanças rápidas em cidades asiáticas?*

Solheim: Para que as mudanças ocorram rápido, é preciso ter cidadãos mobilizados, regular o mercado e ter soluções tecnológicas. Na Ásia há um enorme uso de motonetas para ir e voltar ao trabalho, com velocidade baixa. Pode-se ir exatamente na mesma velocidade com bicicletas elétricas, que são mais baratas. Se se derem incentivos, a mudança pode ser rápida. Carros elétricos estão ficando mais baratos. Na Índia, o governo está liderando ao comprar carros elétricos para a frota oficial. Na China espera-se a introdução de um milhão de veículos elétricos em 2020.

Valor: *Como tornar produtos ecológicos acessíveis em países que têm ainda muita pobreza?*

Solheim: Mudar o equilíbrio das taxas de modo que o carro elétrico fique mais barato comparado aos movidos a gasolina. Permitir que circulem nas linhas de ônibus para que o usuário chegue mais rápido. Não seriam medidas para sempre, mas ofertas importantes introdutórias. Não é diferente de um produto novo, no supermercado, que recebe um preço de oferta.

Valor: *Na Nigéria, há poucos dias, 86 pessoas morreram por conflitos entre fazendeiros e criadores de gado. Como vê este drama?*

Solheim: Pelo o que sei, a base são conflitos por água, então, providenciar mais água é a primeira resposta para o conflito. Energia solar pode ser uma solução para trazer água. As autoridades nigerianas estão muito preocupadas. Me disseram temer que mais gente morra na região por causa da água do que pelo Boko Haram [grupo terrorista islâmico].

A jornalista viajou ao Vietnã a convite de Internews Earth Journalism Network

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Venda da Braskem deve ser assinada com LyondellBasell até outubro

O acordo para venda da participação do grupo Odebrecht na Braskem para a LyondellBasell deve ser assinado até meados de outubro, apurou o **Valor**. A expectativa é que, após quatro meses do anúncio do início das conversas, em junho, a Petrobras já tenha oficializado a decisão de acompanhar ou não o movimento de sua sócia na petroquímica e a transação seja submetida a órgãos antitruste, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no Brasil, e a Federal Trade Commission (FTC), nos Estados Unidos.

O fechamento do negócio transformará a Braskem em uma subsidiária integral, caso todas as etapas previstas nos planos da LyondellBasell se confirmem. Mas isso só deve ocorrer após a aprovação das autoridades reguladoras e, considerando-se os prazos do Cade, a análise pode se estender até meados do ano que vem.

Segundo fontes com conhecimento da situação, a fase de "due diligence", que envolve desde a verificação de informações contábeis e financeiras a auditorias nos complexos industriais da Braskem, está prestes a começar. Ao mesmo tempo, as empresas seguem trabalhando no modelo definitivo da operação.

Valor justo da ação da petroquímica, conforme estimativas, com prêmio de controle e sinergias, poderá superar R\$ 70

O processo de levantamento de informações vai confirmar o preço final de aquisição. Na avaliação de analistas que acompanham a indústria petroquímica, a Braskem sozinha tem valor justo em torno de R\$ 60 por ação. A esse número devem ser acrescidos o prêmio de controle - que será pago a todos os acionistas que aderirem à oferta - e as sinergias.

Ao adicionar a esse valor calculado por analistas um prêmio de 20% a 25%, considerado razoável frente ao histórico de transações na indústria petroquímica, chega-se a um preço potencial de mais de R\$ 70 por ação. Mas essa matemática, observou uma fonte qualificada, pode ser conservadora, já que a desvalorização cambial por si só ampliou o valor da Braskem nos últimos meses.

Por esses cálculos, a fatia da Odebrecht valeria mais de R\$ 21 bilhões e a companhia, como um todo, aproximadamente R\$ 55 bilhões. Pela cotação das ações da Braskem no fechamento de sexta-feira na B3 - R\$ 49,50 por papel PNA e R\$ 47,15 por ON -, a fatia da Odebrecht Serviços e Participações S.A., que tem 38,3% de seu capital total, valia R\$ 14,6 bilhões, enquanto a da Petrobras (com 36,1%) estava em R\$ 13,8 bilhões. O valor total de mercado era de R\$ 38,36 bilhões - frente a cerca de US\$ 43 bilhões da Lyondell.

Ainda não há um número final para as sinergias resultantes da combinação dos ativos da petroquímica brasileira e de sua concorrente com sede na Holanda, mas esse ganho chegaria a bilhões de reais em diferentes frentes, entre as quais financeira, tecnológica, comercial e operacional. Procurada, a Odebrecht não comentou o assunto.

Custo mais baixo de captação de recursos da LyondellBasell, fornecedores em comum, possibilidade de uso da tecnologia da petroquímica estrangeira em mais unidades da Braskem e presença de ambas no mesmo mercado estão

entre as alavancas que podem gerar valor relevante, a ser confirmado na due diligence.

Hoje, a LyondellBasell fornece propeno para a Braskem na Europa e nos Estados Unidos, enquanto a petroquímica brasileira fornece polipropileno (PP) para a fábrica de compostos da multinacional em Pindamonhangaba (SP). Fábricas de PP da Braskem já utilizam tecnologia da concorrente e há possibilidade de redistribuição de produção entre as unidades fabris de ambas, ampliando eficiência e reduzindo custos.

Odebrecht e Braskem, ao firmarem exclusividade com a Lyondell, tiveram de interromper contatos com outros interessados

Haveria ainda ganhos relativos ao fato de a LyondellBasell ser listada na bolsa de Nova York, mercado acionário mais relevante para o setor petroquímico globalmente. A Braskem tem ADRs (recibos de ações) na praça americana, mas a maior parcela do "free float" hoje está no Brasil. Além disso, a companhia brasileira é negociada com desconto em relação a sua potencial compradora - com um múltiplo de valor de empresa (EV)/Ebitda estimado pelo mercado para 2018 inferior a 6 vezes, contra mais de 8 vezes da Lyondell.

A Odebrecht deseja trocar uma parte de suas ações por papéis da LyondellBasell, tornando-se acionista minoritária da que será a maior produtora de resinas termoplásticas do mundo. Pelo valor da empresa combinada, o grupo passaria a deter uma participação em torno de 10%, se convertesse tudo em ações. Mas esse percentual e quanto deverá receber em dinheiro e em participação ainda não estão definidos.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a estatal, que já tornou pública a intenção de se desfazer de sua fatia na Braskem, deve exercer o direito de venda conjunta (tag along). Com esse movimento, na avaliação de uma fonte, a estatal não deve enfrentar problemas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Há cerca de dois anos, a Petrobras teria procurado potenciais compradores para suas ações na Braskem e, embora tenha encontrado interessados, não houve consenso em torno do preço. Diante disso, passou a estudar diferentes modelos de valorização da petroquímica, incluindo a conversão de todas as ações em ONs e pulverização do capital, transformando-a em corporação.

No segundo semestre do ano passado, porém, a LyondellBasell se aproximou da Odebrecht e houve início de diálogo. Ao ceder a exclusividade nas negociações à Lyondell, a Odebrecht e Braskem tiveram de interromper as conversas com outros investidores interessados, entre fundos de investimento, grandes petroleiras com presença na indústria química e concorrentes.

Globalmente, o setor químico-petroquímico tem se reorganizado em busca de ganho de escala ou especialização em determinado segmento, captura de sinergias e melhoria da eficiência. Isso se acelerou mais recentemente para fazer frente à alta do petróleo e do gás. A própria Lyondell já havia indicado a disposição de crescer também por meio de aquisições.

Em um extenso relatório sobre Braskem divulgado no início deste ano, o analista Hassan I. Ahmed, da Alembic Global Advisors, chegou à conclusão de que a companhia brasileira seria a de maior aderência às pretensões da LyondellBasell em uma eventual operação de fusão e aquisição. A partir de informações e indicações fornecidas pela potencial compradora, o analista mapeou, ao todo, seis potenciais alvos: Methanex, Celanese, Covestro, Braskem, Trinseo e Westlake.

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto. O **Valor** apurou que a estatal ainda não está participando diretamente das tratativas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cemig Telecom à venda

A estatal mineira Cemig adiou de 25 de julho para 8 de agosto a sessão pública para a venda dos seus ativos de telecomunicações, a Cemig Telecom. Conforme comunicado divulgado ontem, a alteração do cronograma tem o objetivo de "conceder aos licitantes maior prazo para avaliarem a documentação disponibilizada na sala de informações (data room) e garantir a elaboração de propostas econômicas mais adequadas e competitivas".

Novo gerente da BR

A BR Distribuidora informou que Fábio de Lucena assumiu ontem a gerência executiva de relações com investidores (RI) da companhia. A função vinha sendo exercida interinamente pela coordenadora de RI, Ana Léa Santos. A BR informou que a escolha foi subsidiada por processo de "assessment", conduzido por empresa especializada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Cresce inadimplência no mercado livre**

A falta de uma solução para o problema relacionado ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês para a diferença entre a energia vendida pelas hidrelétricas e a realmente gerada) está incentivando uma nova onda de judicialização no mercado à vista de energia, desta vez com o objetivo de garantir o recebimento de alguma quantia por parte dos credores do mercado à vista de energia. A liquidação das operações de maio, que será concluída amanhã, deve ser novamente marcada por grande inadimplência. Os créditos arrecadados, por sua vez, devem ser destinados a poucos credores, todos protegidos por liminares. Aqueles sem liminares, que tiveram inadimplência de 4% no mês passado, devem sair de mãos vazias na operação.

Nas liquidações concluídas referentes ao primeiro semestre (referentes ao período de novembro de 2017 a abril), os credores sem liminares não receberam mais do que 10% do que tinham direito. Isso motivou uma nova onda de busca por liminares pela prioridade nas operações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Hoje maior credora sozinha do mercado à vista de energia, a comercializadora de energia do BTG Pactual conseguiu uma decisão judicial para passar na frente dos demais credores do mercado à vista de energia. O **Valor** apurou que a companhia tem R\$ 1,2 bilhão a receber. Na liquidação de abril, realizada no início de junho, a CCEE contabilizou o recebimento de R\$ 840 milhões em créditos, montante insuficiente sequer para quitar o devido ao banco.

"O problema da inadimplência é o GSF. As instituições do setor não tiveram, em três anos, a competência de resolver esse problema. Todos que estão conseguindo liminar visam se proteger desse problema", disse um executivo do setor sob condição de anonimato. Segundo ele, quando se critica aqueles que buscam "furar a fila" para receber nas liquidações, estão "tentando vilanizar uma prática que qualquer um do mercado pode ter para se proteger."

O desembargador federal Hercules Fajoses determinou que o BTG Pactual receba os créditos "na proporção do nível de inadimplência do mês sob liquidação", excluindo a inadimplência acumulada nos meses anteriores - que já soma R\$ 6,2 bilhões e deve crescer nos próximos meses.

Na prática, a decisão judicial permite que a comercializadora do banco passe na frente de outros credores. Há uma interpretação de que a liminar permite que o

BTG receba antes mesmo daqueles que já têm decisões que priorizam o recebimento nas liquidações. Ao **Valor**, o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, explicou que o jurídico ainda está analisando a liminar, mas a tendência é que a decisão seja operacionalizada da mesma forma das demais liminares que garantem prioridade no recebimento dos créditos. "Nossa leitura é que o que for contabilizado será rateado por todos", disse.

Essa é mais uma liminar no âmbito da judicialização causada pelo problema do déficit de geração das hidrelétricas. Nos últimos anos, a hidrologia fraca e a entrada em operação de novos projetos de geração renovável fizeram com que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determinasse que as hidrelétricas gerassem menos energia que suas respectivas garantias físicas, a fim de preservarem o volume dos reservatórios.

Para cumprir os contratos de venda de energia, as usinas ficaram expostas ao mercado à vista, cujo preço tende a subir nos meses em que a hidrologia piora.

Desde 2015, muitas usinas conseguiram decisões judiciais que limitam à exposição ao GSF, sob o argumento de que estariam também custeando fatores "não hídricos", como atrasos na conclusão de obras de transmissão de energia e o despacho de termelétricas mais caras por segurança energética.

Essas liminares são responsáveis pela maior parte da inadimplência das últimas liquidações do mercado de energia. Na operação referente à abril, concluída em 8 de junho, a CCEE recebeu R\$ 840 milhões dos R\$ 8 bilhões contabilizados. Do valor não pago, R\$ 6,14 bilhões se referem às liminares que limitam o GSF, e o montante ainda deve crescer consideravelmente até o fim do ano. "A partir da contabilização de maio, os valores devem crescer, com a alta do PLD nos meses secos", disse Altieri, que estima que o montante travado possa chegar a R\$ 12 bilhões a R\$ 13 bilhões em 2018.

Enquanto a solução do problema não sai, outras comercializadoras buscam liminares semelhantes, o que pode travar as liquidações no mercado à vista de energia. "As comercializadoras não têm outra saída. Elas não foram causadoras do problema e estão sofrendo com a inadimplência no mercado de curto prazo", disse outra fonte do setor.

O governo chegou mais perto de comemorar o fim da novela do GSF na semana passada, quando a Câmara aprovou o texto-base do projeto de lei (PL) da privatização da Eletrobras, com uma emenda que resolve a judicialização sobre o GSF. A proposta prevê que as hidrelétricas hoje protegidas por liminares abram mão das decisões e paguem os montantes devidos na CCEE. Em contrapartida, aquilo que não é considerado "risco hidrológico" será revertido em extensão das concessões das hidrelétricas. Nesta semana, porém, ainda

devem ser votados os destaques do texto, que podem alterar o teor da proposta. Também é necessário passar pelo Senado, o que só deve ficar para agosto por conta do recesso parlamentar.

"Precisamos que a solução passe, mas ainda estamos trabalhando paralelamente na solução regulatória para o problema. Não podemos deixar as portas fechadas, vamos tentar também um acordo com o setor", afirmou Altieri.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: dré Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras está perto de concluir venda de sua fatia na PetroÁfrica

A Petrobras está perto de sacramentar a venda de sua fatia de 50% na PetroÁfrica, o que poderá lhe render cerca de US\$ 1,3 bilhão, segundo uma fonte. A operação representa, para a petroleira, um novo avanço em seu programa de desinvestimentos, num momento em que a empresa lida com reveses em algumas negociações importantes para o cumprimento da meta de vender US\$ 21 bilhões em ativos no biênio 2017-2018.

Na semana passada, a Petrobras suspendeu a negociação de suas refinarias, da Transportadora Associada de Gás (TAG) e da Fábrica de Fertilizantes de Araucária (PR), após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski conceder liminar proibindo a venda do controle de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso. A expectativa é que, mesmo que a decisão seja revista no plenário, a petroleira perca ao menos um mês nas negociações, já que o STF entrou em recesso.

Segundo a fonte, a venda da PetroÁfrica é avaliada em cerca de US\$ 2,6 bilhões, dos quais a Petrobras receberia US\$ 1,3 bilhão - referente a sua fatia de 50%. A outra metade cabe ao BTG Pactual (40%) e a Helios Investment Partners (10%), que também estão se desfazendo de suas participações. Glencore e Vitol competem pela PetroÁfrica, que concentra ativos de exploração e produção na Nigéria.

Para atingir sua meta de desinvestimento, a estatal precisa vender mais US\$ 15 bilhões em ativos até o fim do ano

Se confirmada a operação, a Petrobras pode ultrapassar a marca de um quarto de sua meta de desinvestimentos, ou US\$ 5,9 bilhões em ativos vendidos entre 2017 e 2018. Desde o ano passado, a estatal anunciou a venda do campo de Azulão, para a Eneva (por US\$ 56,5 milhões); de 25% do campo de Roncador (US\$ 2,667 bilhões), para a Equinor (ex-Statoil); dos ativos de distribuição de

combustíveis do Paraguai, para o grupo Copetrol (US\$ 383 milhões); e abriu o capital da BR Distribuidora, numa operação que lhe garantiu R\$ 5 bilhões (US\$ 1,5 bilhão na época da operação, em novembro de 2017).

Para atingir a meta de desinvestimentos, a Petrobras precisa acelerar as negociações e vender outros cerca US\$ 15 bilhões em ativos até o fim do ano. As vendas da TAG e das refinarias, suspensas, e a saída da Braskem são os negócios com maior potencial de geração de receitas. O UBS estima que só a TAG poderia render até US\$ 9 bilhões à petroleira.

A Petrobras possui, contudo, uma série de outros negócios em andamento. Se por um lado a companhia sofreu o revés no STF, por outro avançou em algumas negociações nas últimas semanas, dentre eles a venda do pacote de campos terrestres do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe; da venda de 50% do campo de Tartaruga Verde e do Módulo III do campo de Espadarte, na Bacia de Campos, e de 100% do campo de Baúna, em águas rasas da Bacia de Santos.

A estatal também concluiu a venda de Roncador e dos ativos de distribuição do Paraguai e negocia com a chinesa CNPC uma parceria para a conclusão da refinaria do Comperj e para a revitalização de Marlim, na Bacia de Campos.

Nesse período, houve também novidades na venda da Braskem, depois que a sócia Odebrecht na petroquímica anunciou o início de tratativas para negociar sua fatia de 38% no capital total da companhia para a LyondellBasell. A Petrobras tem direito de preferência e "tag along" (ou venda conjunta) de seus 36%.

A Petrobras possui, ainda, outras negociações avançadas, em fase vinculante, para venda da refinaria de Pasadena (EUA); do pacote de campos de águas rasas do Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe; e dos campos de Piranema (Sergipe) e Maromba (Bacia de Campos).

A venda da PetroÁfrica representa, ainda, mais um passo para redução da participação internacional da Petrobras, que já se desfez de seus ativos de distribuição de combustíveis no Paraguai, Argentina e Chile e das refinarias no Japão e Argentina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Flexibilização de regra ambiental do RenovaBio em pauta

Uma parcela do segmento de biocombustíveis defende que os agricultores que desmatem vegetação nativa para plantar culturas destinadas à produção de biocombustíveis também possam participar do RenovaBio, desde que façam a compensação do desmate. A proposta representa uma flexibilização em relação à norma proposta pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A sugestão é de entidades que se manifestaram na consulta pública sobre a regulamentação do RenovaBio, realizada pela ANP até 30 de junho. O programa, criado no fim de 2017, prevê que produtores poderão comercializar certificados de biocombustíveis (CBios) conforme uma nota de eficiência que lhes será atribuída por firmas certificadoras conforme a "pegada de carbono" de sua produção.

Um dos dispositivos propostos pela ANP e em discussão na consulta pública prevê que essa nota de eficiência só será atribuída à biomassa "oriunda de área de produção de cultura energética localizada em área onde não tenha ocorrido supressão de vegetação nativa". Assim, a cana, o milho ou a soja, por exemplo, destinados à produção do biocombustível não poderia ser proveniente de área de desmatamento.

Em sua contribuição na consulta, a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa usinas de cana do Centro-Sul, propôs a inclusão de uma exceção que prevê a contabilização de biomassa de áreas desmatadas, "desde que garantida a compensação equivalente de estoque de carbono". Essa compensação poderia ocorrer "com o plantio de mudas em áreas prioritárias para formação de corredores ecológicos, por exemplo".

A Unica menciona a atual legislação ambiental, que prevê esse tipo de mecanismo. O Código Florestal prevê o desmatamento para "uso alternativo do solo" desde que o imóvel obtenha autorização e faça reposição florestal priorizando espécies nativas do bioma.

O RenovaBio considera que as emissões dos combustíveis (fósseis ou renováveis) devem ser contabilizadas desde sua produção - o que implica calcular emissões relacionadas a desmatamento - até o consumo, nos automóveis.

Diferentemente da proposta da ANP, outros programas no exterior, como nos EUA e na Europa, não impedem o desmatamento, mas contabilizam as emissões decorrentes de mudanças no uso da terra - sejam elas diretas ou indiretas. A mudança direta implica, por exemplo, o desmate para o plantio de culturas agrícolas, enquanto uma mudança indireta implica deslocar pastagens, por parte de lavouras, sobre florestas.

Mas, para Elizabeth Farina, presidente da Unica, "não existe uma metodologia aceita no mundo inteiro [para calcular as emissões por mudança] de uso direto ou indireto". A compensação em caso de desmate, argumenta ela, seria uma forma de garantir que o programa "toque na questão do uso da terra sem ter que calcular as emissões por uso direto ou indireto".

Além disso, associações estaduais defenderam que o cálculo não exclua áreas em que houve corte de uma árvore isolada. Em suas contribuições, a Associação dos Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul (Biosul), o Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool-MT) e o Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol de Goiás (Sifaeg) argumentaram que o corte de árvores isoladas fora de Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal (RL), Reservas e Estações Ecológicas "é prática comum, e por vezes indispensável, para o desenvolvimento de atividades, obras ou empreendimentos".

Miguel Ivan Lacerda, diretor do **Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME)**, observa que a adesão ao programa não é obrigatória e defende que as ferramentas do RenovaBio "precisam evoluir para restringir o desmatamento". "Se não, não acessa mercados que pagam prêmio por conservação ambiental", diz.

MME / ASCOM .